

## **A VISIBILIDADE DOS/AS TRANSEXUAIS NA ARGENTINA: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA *MOCHA CELIS* E A CRIAÇÃO DA LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO**

Luana Pagano Peres Molina

Universidade Federal de São Carlos/ Universidad de Buenos Aires

**RESUMO:** Este trabalho faz parte da pesquisa em desenvolvimento do Programa de Doutorado na Universidade Federal de São Carlos e tem como objetivo refletir e analisar a Lei de Identidade de Gênero promulgada na Argentina no ano de 2012 e a formação do “Bachirellato Popular Mocha Celis”, criada no mesmo ano que a Lei na capital Buenos Aires. A consolidação dos ideais de pluralidade nas sociedades ocidentais parece ter levado a movimentos de emancipação de grupos minoritários, excluídos e marginalizados, e à ruptura gradual com estruturas ou instituições sociais que preservam hierarquias, intolerância e segregação. O Bachirellato é parte de uma iniciativa educacional de proporcionar as pessoas transgêneros, uma inclusão social, por meio do retorno ao sistema educacional no ciclo do ensino médio. Este programa é um tipo de instituição educacional sem fins lucrativos que recebe apoio financeiro do governo e baseia-se no currículo da escola da ponte de Portugal, que desenvolve suas atividades a partir de projetos pedagógicos. Além disso, a Lei da Identidade de Gênero possibilita aos trans a serem tratados/as como sentem/percebem sua identidade de gênero, e não de acordo com seu sexo biológico. Isso lhes garante alterações nos registros, tratamentos hormonais e intervenções cirúrgicas. Ambas resultam de iniciativas, junto às movimentos LGBTTT da Argentina, pelo combate à invisibilidade trans, a evasão escolar, a despatologização e principalmente a busca pela erradicação das diversas formas de violência sociais sofridas.

Realização:



Apoio:

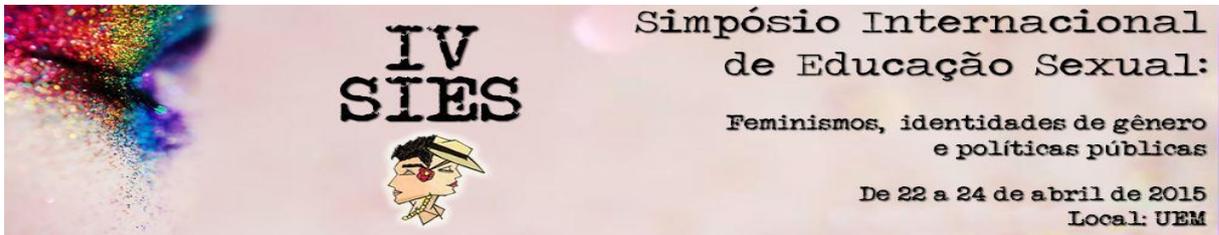


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





**Palavras-chave:** Transexualidade; Diversidade Sexual; Identidade de Gênero; Escola Mocha Celis.

## INTRODUÇÃO

Muito há se discutido sobre direitos humanos, diversidade sexual e as ações do movimento LGBTTT<sup>1</sup> nos últimos anos. Presenciamos debates nas mídias, na política, escolas, famílias, ou seja, na sociedade de uma forma geral, que buscam retratar a vida de milhares de seres humanos e (re)produzem afirmações e conceitos construídos em certos campos do conhecimento sobre a diversidade sexual. Conhecimentos e afirmações em que sua maioria são elaboradas por instituições religiosas, pelo senso comum, mitos e tabus histórico e culturalmente construídos acerca da sexualidade humana.

Porém, de que maneira estas discussões e retratações realizadas realmente abrangem conscientizações e mudanças sociais para o coletivo LGBTTT? Em geral, o que se presencia é o total desconhecimento sobre as diferenças e as desigualdades na construção de identidades, sobre políticas de cuidados e reconhecimento, violências e desamparos no cotidiano, sofrimentos e por fim, reafirmações de discursos de ódio e intolerância, gerados pela heteronormatividade. Segundo Berenice Bento,

nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade [...] o controle produtor diz que sexualidade normal e natural é a heterossexual. (BENTO, 2008: 41-42),

Ao longo das lutas de reafirmações e conquistas políticas e culturais, não só no Brasil, mas em todo mundo, encontraram-se necessidades específicas de cada

<sup>1</sup> No ano de 2008 foi realizada a I Conferência Nacional de Políticas Públicas que se colocou em uso a sigla para LGBTTT que faz referência as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Realização:



Apoio:



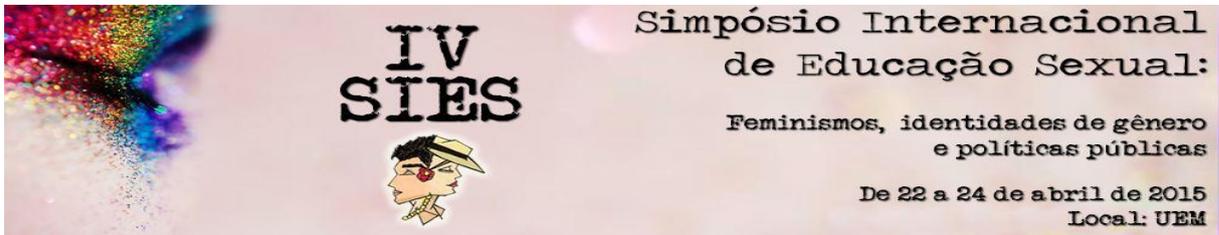
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



grupo que compõe o coletivo LBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transgêneros. Nesse processo de luta e estudos sobre a diversidade sexual se possibilitou a desconstrução dos papéis sexuais do feminino e masculino, de forma a repensar toda representação dos discursos de identidade, do conhecimento e do poder cultural que circulam no aparato do saber/poder na sociedade.

La identidad no es meramente una cuestión teórica, es una manera de vernos y ser vistas de una manera que puede permitir o impedir el reconocimiento, el goze, el acceso a derechos. En este sentido, la identidad no es detalle menor, toda las violencias que sobre nosotras se ejercen son por ser, precisamente, travestis (FERNÁNDEZ; PERES, 2013, p.93).<sup>2</sup>

Podemos entender que a transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias pertencentes à diversidade sexual e que revela divergências com as normas de gêneros impostas socialmente. Para Couto (1999), a transexualidade diz respeito aos homens e mulheres que se identificam psíquica e socialmente com o sexo oposto ao de seu registro civil; negam a aceitar o seu sexo anatômico; têm interesse pela mudança de sexo. Os/As Transexuais então reivindicam o pertencimento de um gênero diferente daquele que lhe foi imposto. Bento pontua:

quando se remete às experiências de trânsitos entre os gêneros, é importante não realizar uma análise presentista, caracterizada pela universalização de uma série de pressupostos [...]. Sugiro que a transexualidade é uma experiência identitárias, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. (BENTO,2008:18).

A (in)visibilidade dos/as transexuais tão fortemente presente em nossa sociedade, ainda associada à patologização, impossibilita a vida dessas pessoas da seguinte maneira:

---

<sup>2</sup> Tradução livre: A identidade não é meramente uma questão teórica, é uma maneira de ver-nos e sermos vistas, de um jeito que pode permitir ou impedir o reconhecimento, o gozo, o acesso a direitos. Neste sentido, a identidade não é detalhe menor, todas as violências que sobre nós exercem são por sermos precisamente travestis.

Realização:



Apoio:

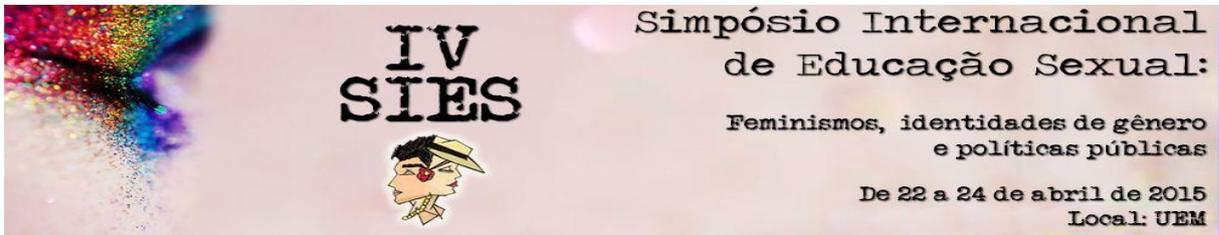


**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





[...] não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo, enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “Não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto, quero uma cirurgia corretiva do meu sexo” [...] (BENTO, 2008: 12)

Ou como analisa Jean Wyllys,

Abandonam a escola por não suportarem o bullying; são invisíveis nas universidades, já que pouquíssimos conseguem ingressar em uma; são invisíveis no mundo do trabalho; tem enorme dificuldade para serem aceitos nos empregos, e além disso, no caso das travestis, a sociedade parece acreditar que a prostituição é seu emprego “natural”, como se isso não fosse produto da discriminação que lhes impede o acesso a outras profissões. (WYLLYS, 2014:157)

Quase a totalidade de homens e mulheres que vivem sua identidade de gênero como lhes manda sua consciência são expulsas de casa, ridicularizadas nas escolas, dentro da família, e sofrem diversos tipos de violências físicas e psicológicas, inclusive devemos considerar o suicídio.

Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve se pensar em regras, leis, interdições e punições. São corriqueiras as notícias de pessoas transexuais e travestis assassinadas no Brasil sem que haja apuração e a punição dos culpados. Acaba-se produzindo uma hierarquia das mortes: algumas merecem mais atenção que as outras. Um dos critérios para se definir a posição que cada assassinato deve ocupar na hierarquia dos operadores do Direito, parece ser a conduta da vítima em vida. Nessa cruel taxonomia, casos de pessoas transexuais assassinadas ocupam a posição mais inferior [...] essa taxonomia acaba (re)produzindo uma pedagogia da intolerância (BENTO, 2008, p.163-164).

Portanto, entende-se que as instituições sociais esvaziam de qualquer humanidade os transexuais, invisibilizando-os de seus direitos e de sua cidadania.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





No Brasil, assim como em grande parte do mundo, as questões envolvendo a transexualidade ocupa o centro de discussões dos debates na saúde pública, Direitos Humanos, Educação e a uma luta incansável dos movimentos LGBTTT pela despatologização da transexualidade, ainda creditada como uma doença mental conhecida como “Disforia Neurodiscordante de Gênero” (FIGUEIRO, 2007, p. 36). Porém, em alguns países já foram alcançadas algumas mudanças que promovem a dignidade dos/as transexuais por meio de políticas públicas, como cursos profissionalizantes para combater a evasão escolar e prostituição, leis contra a homofobia e apoio às cirurgias para mudança de sexo sem laudo psiquiátrico e aceite da justiça, como o caso da Argentina que retrataremos neste estudo.

No caso da Argentina, desde 2012, há o reconhecimento por lei do direito das pessoas serem definidas em seus documentos com a identidade de gênero com a qual se autopercebem, portanto, um exemplo da luta pela visibilidade e assistência aos transexuais. (WYLLYS: 2014:148)

Assim, como também as discussões de temáticas referentes à diversidade sexual e aos direitos sexuais nas escolas necessitam de suporte de políticas públicas na área da educação e de mobilizações sociais que objetivem desestabilizar a produção de hierarquias, opressões e padrões heteronormativos, que histórica e culturalmente moldam as relações de gênero. De forma que veremos então um novo modelo escolar criado para atingir e incluir o coletivo LGBTTT, principalmente os transexuais, transgêneros e travestis.

### **Argentina: a Lei de Identidade de Gênero e a Escola Mocha Celis**

Em maio de 2012 a Argentina registrou um marco na luta contra a invisibilidade dos transexuais travada pelo movimento da Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros - FALGBT (TABAGEN, 2014). O Senado argentino aprovou por 55 votos o Projeto de Lei que garante o chamado direito à identidade de gênero. Pelo texto, as pessoas no país passaram a ser tratadas como

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





elas se sentem e não necessariamente de acordo com o sexo de nascimento. (TABAGEN,2014:87)

A nova legislação vai além do reconhecimento formal e garante não apenas a alteração de registros e documentos conforme a “identidade de gênero autopercebida”, conforme está definida na própria Lei, mas também incluem nos sistemas públicos de saúde as intervenções cirúrgicas e os tratamentos hormonais que forem necessários.

A lei de identidade de gênero [...] reconhece a travestis e transexuais todos os direitos civis que lhes eram negados: nova carteira de identidade e nova certidão de nascimento – sem vestígio da identidade legal anterior – direito às cirurgias de transgenitalização etc. Isso tudo sem que as mudanças no corpo sejam condição para as mudanças de sexo e prenome nos documentos, sem que a identidade de gênero seja considerada uma patologia, sem precisar de autorização judicial e com um regime especial que garante o acesso de menores de dezoito anos a esses direitos (WYLLYS, 2014, p. 148).

Esta Lei, inclusive, fez com que a ONU – Organização das Nações Unidas – por meio do Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) parabenizasse a Argentina em 25/02/2012 pela adoção da lei que garante o reconhecimento e a liberdade de gênero dos indivíduos. A Lei 26.743 foi formulada a partir da Aplicação do Direito Internacional de Direitos Humanos às Questões de Orientação Sexual e Identidade de Gênero.<sup>3</sup>

No trabalho *Identidade de Gênero: um caminho entre a visibilidade e a invisibilidade*, o teórico Clarindo Epaminondas de Sá Neto faz a seguinte afirmação sobre a lei argentina:

trata-se de uma lei multifacetada que corrobora ideias de proteção da pessoa humana, respeitando-se os direitos individuais, os direitos

<sup>3</sup> Site das Organizações das Nações Unidas disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-parabeniza-argentina-por-lei-de-identidade-de-genero>. Acesso no dia 07/07/2014 às 20:57.

Realização:



Apoio:



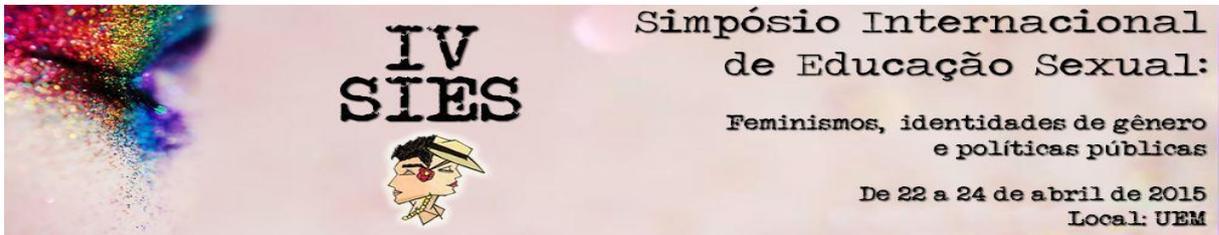
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



das crianças e adolescentes, objetivando a igualdade entre todos os seus cidadãos, iniciando naquele país, o processo de reparação histórica e democrática com toda a população 'trans' cujos direitos mais elementares, como o direito à identidade e à saúde integral vinham sendo sistematicamente vulnerados. (NETO, 2013:13)

Promovida pela Frente Nacional<sup>4</sup> a Lei de Identidade de Gênero, implica em uma transformação em pró do reconhecimento político e jurídico dos transexuais, travestis e transgêneros. A Lei aprovada reposicionou o discurso médico-jurídico que ao longo dos tempos colaborou na construção de situações de vulnerabilidade, principalmente no discurso patológico. Além disso, garante de forma integral e suficiente o acesso à saúde, o que significa o tratamento com hormônios e as intervenções cirúrgicas de reatribuição genital. Percebe-se então que,

para o exercício desses direitos, a lei não exige nenhum tipo de atestado médico, não pede que sejam formados comitês de biotécnica, tampouco admite condicionamentos entre um direito e outro. Para garantir que isso corra, a lei desarticula e condena qualquer ato que perturbe, obstaculize, negue ou prejudique qualquer um dos direitos contidos nela, considerando tais ações práticas discriminatórias (LITARDO, 2013, p. 25).

Um exemplo de grande repercussão na Argentina referente à transexualidade foi o caso da menina Luana retratado no livro *Yo Nena, yo princesa: Luana, la niña que eligió su próprio nombre* (Ed: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014) da autora Gabriella Mansilla, que é mãe de Luana e relata a história da luta pela reconhecimento de identidade de gênero do seu filho chamado Miguel, que queria ser menina (posteriormente chamada de Luana). Este caso teve grande repercussão, pois foi a primeira criança trans no mundo que, aos seis anos de idade, obteve sua mudança de identidade do registro sem precisar recorrer à Justiça, utilizando-se da Lei de identidade de gênero.

<sup>4</sup> ARGENTINA. Frente Nacional por la Ley de Identidad de Género (FNLIG). Projeto n. 8.126\_D-2010. Disponível em: <http://frentenacionaleydeidentidad.blogspot.com.ar> Acesso em: 07/07/2014 às 21:47.

Realização:



Apoio:



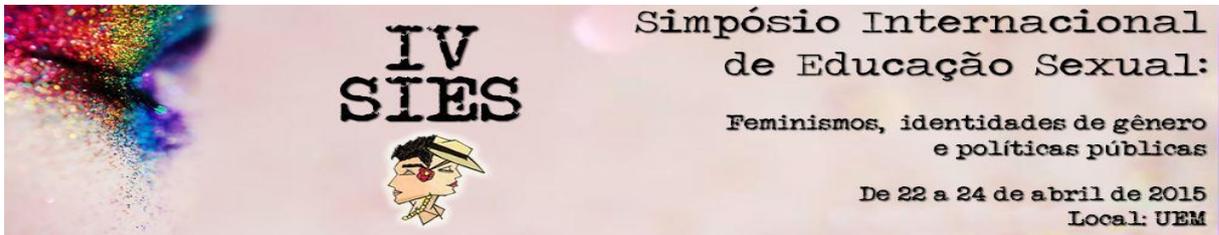
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



Em um dos trechos do livro, a mãe relata a dor da criança e da família no processo pelo entendimento do que estava acontecendo com o/a filho/a e principalmente pelo tratamento corretivo proposto pela primeira psicóloga que acreditava que o ideal era reforçar a masculinidade do Miguel e reprimir qualquer vestígio e gestos de feminilidade:

seis meses pasaron, durante seis largos meses intentamos cambiar tu deseo de ser, te obligamos e impusimos nuestra voluntad a la tuya y nada. Te vi llorar, te vi sufrir, vi miedo en tu mirada y lloré con vos siendo testigo de chirlo de papá para hacerte varón. Te castigamos e insistimos junto con la psicóloga en doblegarte y lo único que conseguimos con este método “correctivo” fue verte totalmente infeliz (MANSILLA, 2014, p. 34).<sup>5</sup>

Segundo o/a pesquisador/a Adrian Helien e Alba Piotto (2012) também devemos pensar o que significa esta situação ao núcleo familiar, quando os pais enfrentam uma realidade inesperada e desconhecida. Os/As pais/mães costumam apresentar reações muito duras com o fato de seu/sua filho/a não cumprir com as expectativas próprias e sociais acerca de ser criança masculina ou feminina em seu crescimento. As reações mais violentas e intolerantes costumam ser mais dos pais do que das mães, como vemos retratado também no caso da Luana e sua família.

El castigo hacia un/a criatura que expresa y siente que la naturaliza cometiò un error, que exige vestirse de nena o nene (según sea el género cruzado), que pide que no llamen con un nombre, sino con otro perteneciente al género opuesto no es un tema menor. Todo lo que sea sanción, represión, castigo, acción correctora quedará íntimamente ligado a la connotación de su identidad, de sus pensamientos y de sus emociones (HELIEN; PIOTTO, 2012, p.140).<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Tradução Livre: Seis meses passaram, durante seis grandes meses tentamos mudar seu desejo de ser, te obrigamos e impomos nossa vontade contra a sua e nada. Te vi chorar, te vi sofrer, vi medo em seu olhar e chorei com você sendo testemunha da sua vontade e tua firmeza frente às brincas, o grito, inclusive os xingos de papai para fazer-te homem. Te castigamos e insistimos junto à psicóloga em persuadi-lo e a única coisa que conseguimos com este método “corretivo” foi vê-lo totalmente infeliz.

<sup>6</sup> Tradução Livre: O castigo há uma criatura que expressa e sente que a natureza cometeu um erro, que exige vestir-se de menina ou menino (segundo seja o gênero cruzado), que pede que não lhe chamem com um nome, senão com outro pertencente ao gênero oposto não é um tema menor. Todo o que seja sanção, repressão, castigo, ação corretora ficará intimamente ligado à conotação de sua identidade, de seus pensamentos e de suas emoções.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Porém, o que este caso especialmente nos representa é o fator inédito de um Estado intervir no reconhecimento de uma identidade transexual de forma tão precoce e sem exigir um processo judicial. A família, no processo, contou com o apoio e a assistência da Comunidade Homossexual Argentina (MANSILLA, 2014:21)

Juntamente com a Lei de Identidade de Gênero, a Argentina, superou outro desafio no processo de inclusão as pessoas trans e criou uma escola pública chamada *Bachillerato Popular Mocha Celis* em 22 de Outubro de 2012, na cidade de Buenos Aires. Ela é considerada um 'bacharelato popular', um tipo de instituição educacional sem fins lucrativos que recebe apoio financeiro do governo. A condição para terem mais verbas do governo, como financiamento e infraestrutura de uma escola estadual, é que pelo menos uma turma esteja formada, o que ocorrerá em 2015.

O objetivo foi de criar um espaço educativo voltado às pessoas travestis, transexuais, transgêneros, da Capital Federal e dos arredores, de maneira a garantir o acesso a uma educação livre de discriminação pela orientação sexual e/ou identidade de gênero.<sup>7</sup>

O nome do espaço educacional *Mocha Celis* foi escolhido em homenagem prestada à travesti argentina Mocha Celis, que ficou conhecida no Bairro de Flores, devido à brutalidade de sua morte em decorrência de três tiros que recebeu na cabeça. Acredita-se que ela foi assassinada por um sargento das redondezas. Antes da Lei de Gênero e da escola Mocha Celis estima-se que 90% das travestis faziam programas para sobreviver no país e a expectativa de vida delas era de apenas 35 anos.<sup>8</sup>

Como a morte de Mocha Celis gerou muita discussão em âmbito nacional, foi debatida uma maneira para dar mais apoio às pessoas trans na Argentina. Então se deu início ao projeto de uma escola exclusiva para travestis, transgêneros e

<sup>7</sup> Bachillerato Popular Mocha Celis. Link de acesso: <http://www.mochacelis.com.ar/> no dia 08/07/2014 às 16:06 hrs.

<sup>8</sup> Bachillerato Popular Mocha Celis. Link de acesso: <http://www.mochacelis.com.ar/> no dia 08/07/2014 às 16:06 hrs.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





transexuais que começou durante uma conversa informal entre os atuais coordenadores da escola, Francisco Quiñones e Agustín Fuchs. Ambos já tinham experiência na área do cooperativismo e da educação popular.

Em 2011, convocaram ativistas do movimento argentino para inaugurar a primeira escola voltada as pessoas trans com ajuda das associações LGBTT, como por exemplo a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros da Argentina, mais conhecida como ATTA, criada em 2001, a Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, FALGBT e da Fundação Diversidade Divino Tesouro, que forneceu e fornece apoio jurídico para regularizar a instituição junto ao governo da cidade de Buenos Aires. Ou ainda, a Mutual Sentimiento que a princípio cedeu um dos andares do seu prédio para a instalação da escola.

La iniciativa surge de una constatación: hoy en día las personas travestis, transexuales, transgéneros, mujeres y varones trans se encuentran en una situación de marginación extrema. De acuerdo a los pocos estudios disponibles, en general, la identidad de género femenina se asume entre los 8 y los 13 años de edad, y produce, las más de las veces, la exclusión de la familia de origen. Sin vivienda ni apoyo y contención del grupo primario de vinculación afectiva, se hace cuasi imposible sostener la escolaridad. La marginalización empuja al ejercicio de la prostitución como único medio de sustento económico, y esta situación da origen a una mayor marginación social, a abusos por parte de la policía, a enfermedades de transmisión sexual y adicciones, que se traducen en detrimento de la calidad de vida (QUIÑONES, 2012, p.1).<sup>9</sup>

A Escola desenvolve diariamente atividades referente aos anos do ensino médio e também de cursos técnicos para seus/suas alunos/as. O objetivo é integrar conteúdos de maneira a promover o maior intercâmbio de conhecimento possível. Por isso, nas poucas salas de aulas existentes, as cadeiras estão dispostas ao redor

<sup>9</sup> Tradução Livre: A iniciativa surgiu de uma constatação: hoje em dia as pessoas travestis, transexuais e transgêneros, mulheres e homens trans, se encontram em uma situação de marginalização extrema. De acordo com os poucos estudos disponíveis, em geral, a identidade de gênero feminina se assume entre os 8 e 13 anos de idade, e produz, na maioria das vezes, a exclusão da família de origem; Sem moradia, nem apoio e contenção do grupo primário de vinculação afetiva, se faz quase impossível sustentar a escolaridade. A marginalização empurra ao exercício da prostituição como único meio de sustento econômico, e esta situação de origem a uma maior marginalização social, os abusos por parte da polícia e as doenças transmitidas sexualmente se traduzem em detrimento na qualidade de vida.

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



de uma única mesa central, onde se sentam alunos/as e professores/as e juntos/as definem as regras de convivência. A diversidade existente exige do/a educador/a posturas mais abrangentes, sendo necessária a realização de projetos pedagógicos que se articulem com a realidade do entorno da escola, da comunidade em que está inserida.

Entre as disciplinas do currículo estão: aulas de literatura, cooperativismo, matemática, noções digitais, memória, educação sexual e na disciplina de história eles trabalham temas como o movimento social LGBTT e direitos humanos, entre outras matérias. Finalizado o ciclo em três anos, as aulas ocorrem no período vespertino das 12h às 17h, os/as alunos/as recebem o certificado/título de Perito em Desenvolvimento das Comunidades.

Este Bachillerato pretende ofrecer una respuesta a este círculo de violencias desde la educación popular, rescatando los saberes propios del colectivo trans\* y canalizándolos en el armado de proyectos cooperativos. A su vez el título que entregará (Perito/a en el Desarrollo de las Comunidades) permite continuar estudiando en cualquier Universidad o Instituto Superior, tanto público como privado (QUIÑONES, 2012, p. 1).<sup>10</sup>

Em seu cartaz de divulgação, a Mocha Celis traz uma mensagem importante: “o objetivo de romper com o molde Sarmientista de Educação”. A expressão Sarmientista faz referência à Sarmiento que foi presidente da Argentina durante o século XIX e ficou conhecido por seu estilo de investimento na educação pública. No cartaz, o político aparece travestido, com os lábios pintados de vermelho, brincos e maquiagem.

Sarmiento assim como criou muitas escolas, criou também a teoria das pombinhas brancas, em que os alunos deveriam ir à escola todos iguais em uniformes brancos. Seu objetivo era uniformizar as pessoas, deveriam sair da escola como uma máquina de reproduzir

<sup>10</sup> Tradução livre: Este Bachillerato pretende ofrecer una respuesta a este círculo de violências desde a educação popular, resgatando os saberes próprios do coletivo trans e canalizando-os em grupos de projetos cooperativos. Ao título que será entregue (Perito/ no desenvolvimento das comunidades) permite continuar estudando em qualquer Universidade ou Instituto Superior, tanto público como privado.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





conteúdo. Civilizadas, como diria ele, e tudo que fosse diferente a isso deveria ser eliminado (HELIEN; PIOTTO, 2012, p. 78).

Alguns dos prêmios recebidos pela escola desde 2012 foram: Declaración de interés en la promoción de los Derechos Humanos por la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires; Subsidios del Ministerio de Educación de la Nación- Auspicio del INADI; Reconocimiento oficial del Ministerio de Educación de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, segundo a Organizações das Nações Unidas – ONU.<sup>11</sup>

## CONCLUSÃO

Percebemos que a promulgação da Lei de Identidade de Gênero no ano de 2012 juntamente com a criação da Escola Mocha Celis na cidade de Buenos Aires, foram medidas humanitárias e proativas no endossamento da prática aos Direitos Humanos e Direitos Sexuais na Argentina.

Con la ley de Identidad de Género estamos ante un cambio simbólico de dimensiones increíbles. Es una ley que parece estar un paso más delante de la sociedad y eso implica que la lucha no termina con su promulgación, ahí en realidad empieza. Y yo espero que todos y todas ustedes se sumen, desde sus propios ámbitos de intervención, a esta batalla (BERKINS, 2013, p.96).<sup>12</sup>

São diversas as violências cometidas contra as pessoas LGBTTT, em diversos espaços sociais, inclusive o escolar. Por isso, um dos desafios enfrentados para quem lida com educação e políticas públicas educacionais é refletir sobre a evasão escolar desse coletivo, em especial às pessoas trans.

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisa ser desestabilizado. Uma invisibilidade que extrapole os

<sup>11</sup> Site das Organizações das Nações Unidas disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-parabeniza-argentina-por-lei-de-identidade-de-genero>. Acesso no dia 07/07/2014 às 20:57

<sup>12</sup> Tradução Livre: Com a lei da identidade de gênero estamos a um passo de mudanças simbólicas de dimensões incríveis. É uma lei que parece estar a um passo mais adiante da sociedade e isso implica que a luta não termina com a sua promulgação, aí é que a realidade começa. E eu espero que todas e todos vocês se unam em seus próprios âmbitos de intervenção a essa batalha.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



balizamentos das disposições estereotipadas e estereotipantes. Além disso, as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola.

Mocha Celis apresenta-se como um espaço onde trabalhar com as diferenças e incentiva-las é democrático, a pluralização do ser, estar e sentir é humano, torna-se o pilar da luta para esta comunidade. A concepção deste bacharelato, desde seu currículo, a política de inclusão, os/as profissionais, alunos, todos vão na mão contrária das majorias das escolas, em que a instituição não consegue trabalhar com as diferenças e pluralidade, homogeneizando seus sujeitos e marginalizando aqueles que não conseguem se submeter a massificação. Para Junqueira, as escolas constituem-se em um espaço classista, racista, sexista, heterossexista e homofóbico.

A escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da “heteronormatividade” – um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade natural e legítima de expressão (JUNQUEIRA, 2013, p.193).

A escola posicionando-se como vigilantes dos corpos de todos, disciplinando-os, como pontua Foucault (2004), por meio da rotina, das regras, vestuários, como disponibilizam as carteiras, suas práticas e valores, não disponibiliza espaços para as diferenças. Mesmo que ali, na escola, conforme Guacira Louro (1999) nos coloca, seja o espaço das construções da diferença (pois é onde eu percebo como os outros me veem) mesmo que ali seja o primeiro e o mais importante lugar para se desconstruir qualquer tipo de estigma e reconstruir práticas de igualdade e cidadania.

O ambiente escolar deve ser caracterizado por subsidiar a construção da autonomia e criticidade, não somente de seus/suas alunos/as, mas principalmente de todas as pessoas que compõem seu cenário para que, desta maneira, também possamos alcançar a reflexão que leve a uma promoção da equidade de gênero no

Realização:



Apoio:



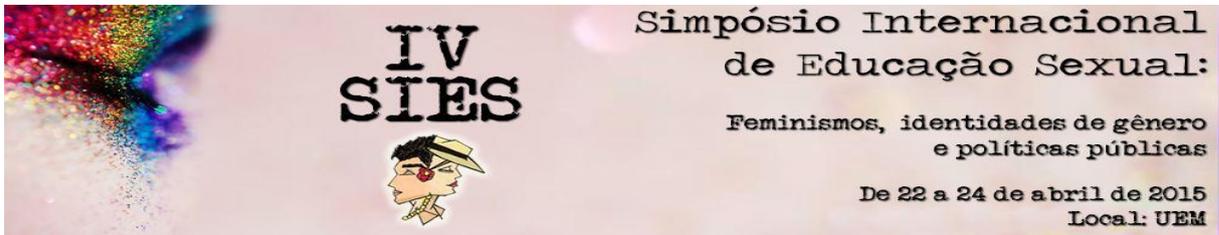
**DTP** Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



espaço escolar. E é essa tentativa que Mocha Celis se predispõe a ser e realizar mudanças significativas nas vidas de seus alunos.

Tanto Mocha Celis quanto a Lei de Identidade de Gênero são ações no âmbito político, educacional e social que se tornaram igualmente indispensáveis na luta e nos esforços argentinos no combate a homofobia e discriminações. Ações que nos orientam por princípios que propõem atitudes críticas, dialógicas e humanitárias. Entendidas como permanentemente abertas para negociar e reconstruir sentidos, desestabilizar relações de poder e doutrinas opressivas, bem como subverter lógicas concentradoras de recursos e geradoras de novas modalidades de opressão.

## Referências

ARGENTINA. Lei n. 26.743, de 9 de maio de 2012. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 24 maio 2012. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/BO/boletin12/2012-05/BO24-05-2012leg.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2014.

ARGENTINA. Frente Nacional por la Ley de Identidad de Género (FNLIG). Projeto n. 8.126\_D-2010. Disponível em: <http://frentenacionaleydeidentidad.blogspot.com.ar>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

ARGENTINA. Telam Agência Nacional de Notícias. Disponível em: <http://www.telam.com.ar/notas/201405/63366-la-ley-de-identidad-de-genero-mejora-la-vida-de-las-personas-trans.html>. Acesso em: 08 Jul. 2014.

ARGENTINA. Bachillerato Popular Mocha Celis. Link de acesso: <http://www.mochacelis.com.ar/> Acesso em: 08Jul. 2014.

ARGENTINA. Projeto n. 1.879-D-2011. Ley de identidad de género. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/proyxml/expediente.asp?fundamentos=si&numexp=1879-D-2011>. Acesso em: 5 Jul. 2014.

BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Realização:



Apoio:

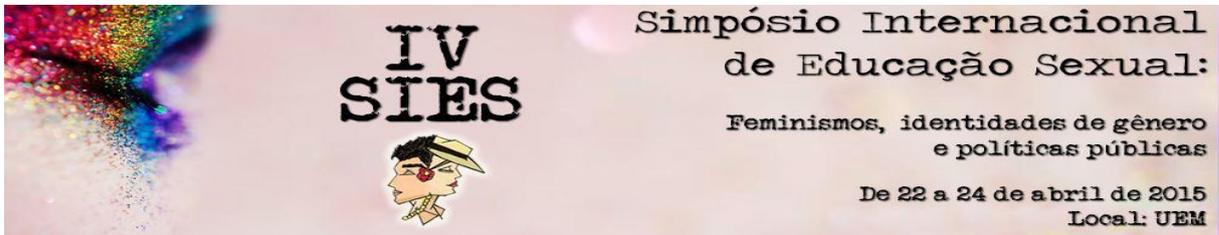


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





BERKINS, Lohana. Los existenciarios trans. In: FERNÁNDEZ, Ana Maria, PERES, WILIAM SIQUEIRA. *La Diferencia Desquiciada: Gêneros y diversidades sexuales*. Buenos Aires: Biblos, 2013, p. 91-96.

FERNÁNDEZ, Ana Maria, PERES, WILIAM SIQUEIRA. *La Diferencia Desquiciada: Gêneros y diversidades sexuales*. Buenos Aires: Biblos, 2013.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Homossexualidade e Educação Sexual: Construindo o respeito à diversidade*. Londrina: Ed. UEL, 2007

FOUCAULT, Michel. *Uma entrevista: sexo, poder e a política de identidades*. In: *Verve*, 5: 260-277, 2004

HELIEN, Adrián, PIOTTO, Alba. *Cuerpos Equivocados: Hacia la comprensión de la diversidad sexual*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Temos um problema em minha: Um garoto afeminado demais”. Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a pedagogia do armário. In: MAIO, Eliane Rose, ANDRADE, Crishna Mirella (Orgs.). *Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: trajetórias escolares*. Maringá: Eduem, 2013, p. 191-209.

LITARDO, Emiliano. Os corpos desse outro lado: a lei de identidade de gênero na Argentina. In: *Meritum*. Belo Horizonte, v. 8 .n. 2. p. 193-226. jul./dez. 2013

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999

MANSILLA, Gabriela. *Yo Nena, yo princesa: Luana, la niña que eligió su propio nombre*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014.

MOLINA, Luana Pagano Peres Molina. A Homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. In: *Antíteses*, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez. 2011

NETO, Clarindo Epaminondas de Sá. *Identidade de Gênero: Um caminho entre a visibilidade e a invisibilidade*. In: *Publica Direito*, São Paulo, 2013. Acesso disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4c9d1fbce4890fc2>

Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-parabeniza-argentina-por-lei-de-identidade-de-genero>. Acesso em: 07 Jul. 2014.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



PELÚCIO, Larissa, BENTO, Berenice. Despatologização do Gênero: A politização das identidades abjetas. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, F.; SABATINE, T. (Org.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 69-104.

TRABAGEN, Asociación Civil. *Diversidad Sexual y cambio social: Una vision marxista*. Buenos Aires: Ediciones Alternativa. 2014.

WYLLYS, Jean. *Tempo Bom, Tempo Ruim: Identidades, Políticas e Afetos*. São Paulo: Paralela. 2014.

### **The visibility in Argentina: Transsexuals dosas experience school Mocha Celis and the creation of Gender Identity law**

**Abstract:** This work is part of the developing research of the Doctoral Program at the Universidade Federal de São Carlos and aims to reflect and analyse gender Identity law enacted in Argentina in the year 2012 and the formation of "Popular Bachirellato Mocha Celis", created in the same year that the law in the capital Buenos Aires. The consolidation of the ideals of plurality in Western societies seem to have taken the movement of emancipation of minority groups, excluded and marginalized, and the gradual break with social structures or institutions that preserve hierarchies, bigotry and segregation. The Bachirellato is part of an educational initiative to provide transgender people, a social inclusion, by returning to the educational system at the high school cycle. This program is a non-profit educational institution that receives financial support from the Government and is based on the curriculum of the school of ponte de Portugal, which develops its activities from pedagogical projects. In addition, the law of gender identity allows the trans to be tratadosas like sentempercebem your gender identity, and not according to their biological sex. This will ensure that changes in the logs, hormone treatments and surgical interventions. Both are the result of initiatives by the movements of Argentina, by LGBTT combating trans invisibility, truancy, the trans and mainly the search for eradication of various forms of social violence suffered.

**Keywords:** Transsexuality; Sexual Diversity; Gender identity; School Mocha Celis.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



**IV  
SIES**



**Simpósio Internacional  
de Educação Sexual:**

**Feminismos, identidades de gênero  
e políticas públicas**

**De 22 a 24 de abril de 2015**

**Local: UEM**

Realização:



Apoio:



**DTP** Departamento de  
Teoria e Prática  
da Educação



Patrocínio:

